



Índice

- 01** [Reunião vai discutir ocupação de fazenda por índios em MS](#)
- 02** [Em dois anos, Senar capacita 352 indígenas pelo Pronatec em MS](#)
- 03** [Pedrossian Filho e esposa ficam reféns de índios por mais de 15 horas em fazenda de MS](#)
- 04** [Em carta aberta, Conselho do Povo Terena reafirma que continuará na luta pelo território tradicional](#)
- 05** [O hospital vai para a aldeia](#)
- 06** [Indígenas Terena são atacados por seguranças armados em fazenda retomada](#)
- 07** [Jovens indígenas realizam mapeamento e diagnóstico etnoambiental das terras Timbira](#)
- 08** [Aquidauana: esposa e ex-deputado federal ficaram reféns de índios por 15 horas](#)
- 09** [Juiz Federal marca audiência de conciliação sobre Taunay-Ipegue para o dia 2 e manda autoridades garantirem a segurança da comunidade](#)
- 10** [Escola muda cardápio para atender alunos indígenas em Arco-Íris, SP](#)
- 11** [Donos deixam fazenda ocupada por indígenas em Aquidauana, MS](#)
- 12** [Sargento é baleado durante missão em área indígena de RR, diz polícia](#)
- 13** [Consórcio quer devolver concessão de transmissão](#)



-
- 14** Quilombolas lutam para preservar cultura e superar dificuldades na BA
 - 15** Aty Guasu convida para Grande Assembleia pelos direitos indígenas e respeito à Constituição
 - 16** Polícia Federal começa a investigar crimes em Cáceres
 - 17** Fazendeira tem 5 dias para retirar gado e terá audiência com índios na terça
 - 18** Educação de MS abre 80 vagas para formação de professores indígenas
 - 19** Quilombolas de Costa Marques lançam fascículo de mapeamento e cartografia social
 - 20** Em evento sobre a Amazônia em Paris, índios dizem temer segundo governo Dilma
 - 21** Comunidade indígena Taba Lascada, em RR, realiza V Festival do Beiju
 - 22** Líder indígena é preso com arma em aeroporto de Montes Claros
 - 23** Políticas públicas podem preservar 230 idiomas no Brasil
 - 24** Semana de União Nacional na Luta pelos direitos de Povos Indígenas e Quilombolas
 - 25** Governo estuda incluir indígenas no Minha Casa, Minha Vida
 - 26** Moção de Repúdio à violência da ação do Estado contra o Povo Pataxó de Boca da Mata
 - 27** Senado pode alterar lei de demarcações na próxima quarta-feira



Reunião vai discutir ocupação de fazenda por índios em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 29.11.2014

Encontro será realizado na próxima terça-feira (2), em Campo Grande. MPF e PF notificaram neste sábado os índios sobre a reunião.

Representantes do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF) estiveram neste sábado (29), na fazenda Maria do Carmo, no distrito de Taunay, em Aquidauana, a 131 quilômetros de Campo Grande, para entregar uma decisão judicial aos indígenas da etnia terena que desde a madrugada de sexta-feira (28) ocupam a área.

Segundo a PF, representantes dos indígenas devem comparecer a reunião com policiais e promotores de Justiça, em Campo Grande, na próxima terça-feira (2). Os índios reivindicam a demarcação da fazenda como área indígena para a ampliação da sua reserva.

Conforme a família dos proprietários da fazenda, no momento da ocupação, dez pessoas estavam na sede da propriedade e elas teriam ficado isoladas no local, já que os indígenas teriam fechado a ponte de acesso a fazenda.

De acordo com a PF, com a presença das autoridades neste sábado na área, algumas das pessoas que estavam na sede da fazenda aproveitaram para deixar o local, mas quatro permaneceram na propriedade.

Segundo informações do coordenador técnico da Funai em Aquidauana, João Valdir, moradores de sete aldeias do município participam da ocupação, que foi feita inicialmente por cerca de 100 indígenas.

Conforme a Polícia Militar, neste sábado cerca de 100 índios permaneceram na área, que tem cerca de dois mil hectares.



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

Em dois anos, Senar capacita 352 indígenas pelo Pronatec em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 29.11.2014

*Dados foram apresentados pela Famasul em evento nesta sexta-feira.
Capacitações foram ministradas em 29 turmas.*

Em um período de dois anos, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural capacitou 352 indígenas em cursos técnicos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em Mato Grosso do Sul.

O balanço foi apresentando nesta sexta-feira (28), pelo presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, durante o encontro estadual de Agentes de Desenvolvimento, realizado em Campo Grande.

Ele apontou que neste período foram promovidas 29 turmas com alunos indígenas nos cursos de horticulor orgânico, produtor de mandioca e viveiricultor. O dirigente destacou que tem sido um grande aprendizado trabalhar com as comunidades indígenas. "São cidadãos brasileiros que precisam de suporte da sociedade", definiu.

Na apresentação "A Força do Senar", Riedel mostrou os crescentes resultados obtidos pelo Senar/MS e traçou as perspectivas de avanço no atendimento para 2015, destacando que o desafio da entidade é qualificar o homem do campo para aumentar a produtividade do setor agropecuário.



Pedrossian Filho e esposa ficam reféns de índios por mais de 15 horas em fazenda de MS

SÍTIO FÁTIMA NEWS, 29.11.2014

Pedro Pedrossian Filho e sua esposa Ana Pedrossian, ficaram reféns de índios, por mais de dez horas, na propriedade da fazenda Fazenda Retiro Maria do Carmo, no distrito de Taunay, em Aquidauana, 143 quilômetros de Campo Grande.

De acordo com a Polícia Militar, Pedrossian Filho, sua esposa e um casal, proprietários da fazenda, ficaram reféns dentro da sede da propriedade, onde chegaram Pedrossian chegou com sua esposa na manhã desta sexta-feira (28).

Os índios cercaram o imóvel e, ainda de acordo com a PM, foi feita a negociação, e os dois saíram do local e o casal, donos da fazenda continuaram na casa.

O grupo de 200 indígenas terenas retomou nesta sexta-feira (28), por volta das 6 horas, a fazenda Maria do Carmo, em Taunay, em Aquidauana, a 143 quilômetros de Campo Grande. A área faz parte da Terra Indígena Taunay/Ipegue, identificada pela Funai (Fundação Nacional do Índio) desde 2004.

Segundo um dos caciques, que preferiu não se identificar, disse que o grupo foi recebido nesta sexta-feira (28) pela manhã por homens armados em seis caminhonetes. Ainda de acordo com o cacique, eles atiraram contra os indígenas, e um ficou ferido de raspão no braço.

O indígena contou também que neste momento os carros estão parados na sede da fazenda e as pessoas estão dentro da casa, armadas. Os indígenas que se deslocaram das aldeias de Ipegue, Bananal, Lagoinha, Morrinho e Água Branca estão no centro da fazenda, a cerca de 1 quilômetro da sede.

Para um dos líderes não está descartado o risco de um novo ataque por parte dos funcionários da fazenda. A PM (Polícia Militar) está no local e aguarda a chegada de representantes da Funai, Polícia Federal e Ministério Público Federal.

Fazenda Santa Maria

A área da fazenda Santa Maria do Carmo teve os estudos de identificação concluídos em 2004 e foi reconhecida como de ocupação tradicional indígena e foi enquadrada na Terra Indígena Taunay/Ipegue, juntamente com 16 propriedades da região. Agora o povo Terena aguarda apenas a autorização do ministro da Justiça. Das 17 áreas que foram identificadas, apenas duas estão ocupadas.



Em carta aberta, Conselho do Povo Terena reafirma que continuará na luta pelo território tradicional

SÍTIO CIMI, 29.11.2014

Após retomar parte de seu território tradicional, que incide na Fazenda Maria do Carmo, na madrugada de sexta-feira (28), 200 indígenas Terena foram atacados por seguranças armados. Em carta aberta do Conselho Terena, os indígenas afirmam que, "enquanto o ministro da Justiça não assinar a portaria declaratória da terra, continuarão na retomada".

Confira na íntegra o documento:



Enquanto o ministro da Justiça não assinar nossa portaria declaratória continuaremos retomando fazenda por fazenda que incide em nosso território e faremos a autodemarcação de nosso território tradicional.

Nós, Terena de Taunay/Ipegue reafirmamos que continuaremos retomando nosso território tradicional.

O processo demarcatório da Terra Indígena Taunay/Ipegue iniciou-se em 1985 e mesmo com o prazo esculpido na Constituição Federal de 1988, de cinco anos para concluir todas as demarcações, nossa terra não está demarcada.

Em 2010, a Justiça Federal suspendeu o processo demarcatório atendendo pedido dos fazendeiros. No entanto, em abril deste ano, essa decisão foi revogada e a sete meses estamos esperando o ministro da Justiça expedir nossa portaria declaratória.

Mesmo sem nenhum entrave jurídico o Estado brasileiro se nega a concluir a demarcação de nossa terra.

Diante disso, decidimos: Enquanto o ministro da Justiça não assinar nossa portaria declaratória continuaremos retomando fazenda por fazenda que incide em nosso território e faremos a autodemarcação de nosso território tradicional.

Taunay/Ipegue, 29 de novembro de 2014.

Conselho do Povo Terena
Povo Terena
Povo que se levanta!



O hospital vai para a aldeia

SÍTIO EL PAÍS BRASIL, 29.11.2014

Há mais de vinte anos o cacique da aldeia Xavante de Palmeira, Vitor Fernando, de 39 anos, sente dores do lado direito do abdômen. "Dói desde os 13 anos e sempre no mês de novembro", disse ele, contando que toma um chá para atenuar as dores. "Mesmo tomando a bebida, continua doendo. Depois passa e só vai doer de novo no ano que vem". Entre as dores e crenças, o cacique leva mais de vinte anos sofrendo.

Vitor seria o primeiro dos 16 pacientes da etnia Xavante a ser operado de cálculo na vesícula pela 30ª missão dos Expedicionários da Saúde. "Estou ansioso", contou, antes da cirurgia, na sala do pré-operatório. Seu caso foi o mais grave dessa missão e a cirurgia, que em média dura pouco mais de uma hora, levou quase cinco horas para ser finalizada.

Para realizar essa e as outras cirurgias nos Xavantes, a ONG Expedicionários da Saúde montou um centro cirúrgico com as mesmas tecnologias de uma sala de operações do hospital paulistano Sírio Libanês, um dos mais conceituados do Brasil. Monitor cardíaco, instrumentos e toda a aparelhagem necessária para a realização das operações foram levados até a pequena cidade de General Carneiro, no Mato Grosso, o município mais próximo das aldeias dessa etnia. Entre o transporte aéreo e terrestre, os vinte expedicionários e as sete toneladas de equipamentos e medicamentos viajaram por mais de 1.000 quilômetros desde São Paulo. Quase a mesma distância entre Madri e Paris.

mais informações

Para chegar até General Carneiro, saindo de São Paulo, é preciso pegar um avião até Goiânia, depois um ônibus interestadual que leva até o município de Barra do Garças, já no Mato Grosso. De lá, um carro de apoio levou os expedicionários até General Carneiro. No total, contando o tempo entre a chegada do avião e a partida do ônibus, foram 13 horas de viagem.

Dessa sala cirúrgica em General Carneiro, uma cidade com pouco mais de 5.000 habitantes, sai Geraldo Alckmin Tseredowe, que acabara de ser operado. Aos oito anos, o homônimo do governador de São Paulo tinha uma hérnia grande na bolsa escrotal e devido a esse problema de nascença, era alvo de piada na aldeia Bom Sucesso onde vive. "Ele sofre muito preconceito. E quando faz frio, ele sente muita dor também", contou o pai do garoto, Edmar Tsupto. Na sala de cirurgia, enquanto tocava Pink Floyd em um dos iPhones dos médicos, o garoto foi operado com sucesso. O pequeno Geraldo Alckmin não vai mais ser motivo de piada entre os outros garotos da tribo. Assim como o cacique Vitor não sofrerá mais de dor na vesícula.

Há dez anos os Expedicionários da Saúde levam atendimento clínico para populações isoladas no Brasil, em sua maioria indígenas. Tradicionalmente, a organização viaja com cerca de 60 profissionais até essas regiões para realizar cirurgias de hérnia e catarata, doenças comuns

CONT.

entre os povos indígenas e que os impossibilitam de caçar, pescar e realizar o trabalho na terra. Das tendas armadas no coração do Brasil, centenas de indígenas já saíram curados da catarata e enxergando, depois de passar anos sem visão.

Em uma primeira expedição feita até os índios Xavantes, em agosto deste ano, foi descoberto que essa comunidade tinha um problema específico e muito comum entre vários de seus habitantes: cálculos na vesícula. "Como a cirurgia de vesícula é mais complexa do que as de hérnia e catarata, era necessário que tivéssemos uma infraestrutura maior do que as que normalmente montamos nas comunidades", explica Fábio Atui, cirurgião e coordenador da expedição. Por isso, os expedicionários encontraram na cidade – a mais próxima da maioria das aldeias Xavante – um hospital público que pudesse abrigar a operação.



Janete Rewa'to Wa'ane, de 25 anos, aguarda para ser operada./Victor Moriyama

Menor que muito posto de saúde de São Paulo, o hospital recebeu da Prefeitura pintura e equipamentos novos para ter condições de realizar as cirurgias. No centro cirúrgico, porém, só havia uma mesa de operação. O material cirúrgico levado foi doado por parceiros da ONG, como a Johnson & Johnson, Pfizer e Kimberly Clark. Os equipamentos para a realização das operações são emprestados. Para realizar as expedições, a ONG conta com os parceiros e levanta dinheiro por meio de uma campanha no Catarse, uma espécie de "vaquinha" online.

Marlene Ro'otepewe'ô Wubete, de 25 anos, diz sentir dores na vesícula desde os seis anos de idade. "Quando dói, eu tomo Buscopan e espero passar", conta, enquanto se preparava para a cirurgia.

Se fosse em qualquer outro hospital da região, ninguém conseguiria fazer [essa cirurgia]"
Pedro Tsiruiré Waparia

Além das vesículas, os cirurgiões aproveitariam a infraestrutura montada para solucionar o problema de duas crianças, Geraldo Alckmin, e Elismar Tseredza'ó'ho Tsiruiré, de cinco anos, cujos testículos não haviam descido da cavidade abdominal. "Estou muito feliz e muito agradecido", disse Pedro Tsiruiré Waparia, pai de Elismar, depois da cirurgia. "Se fosse em qualquer outro hospital da região, ninguém conseguiria fazer [essa cirurgia]".

Para garantir a comunicação entre os médicos brancos e os pacientes indígenas, é necessário que um tradutor auxilie na hora da conversa, já que nem todos os Xavantes falam português. Com todo esse trabalho de deslocamento, é natural se perguntar se não seria mais fácil levar os indígenas doentes a um hospital em alguma capital, invés de montar a estrutura toda em uma aldeia. "Seria mais fácil. Mas a interferência cultural é muito grande", explica Atui. "O índio chega na cidade e fica exposto ao alcoolismo, às intervenções culturais, e isso tudo deve ser levado em conta".

CONT.

Eles saem da cirurgia enxergando de novo. E choram de emoção"

Em média, os Expedicionários realizam 250 cirurgias por expedição. Como as cirurgias de vesícula são mais complexas, realizadas com anestesia geral e por meio de laparoscopia, essa missão de General Carneio foi reduzida. "É a primeira vez que fazemos uma expedição nesse modelo. E percebemos que dá certo, por isso, é bem possível que a gente volte para realizar as cirurgias que não puderam ser feitas agora", diz Atui. Graças a essa expedição, 2015 promete ser um ano diferente para o cacique Vitor, que viverá, pela primeira vez em anos, um mês de novembro livre das dores.

Rádio Cipó

Para uma expedição acontecer, ela começa ser planejada cinco meses antes da chegada dos expedicionários para realizar os atendimentos. Segundo explica Marcia Abdala, coordenadora-geral da ONG, o primeiro passo é localizar as comunidades carentes de atendimento e em seguida fazer um primeiro contato. "Primeiro precisamos saber se eles querem nos receber", diz. "Somos recebidos com muita desconfiança. Uma vez, chegamos em uma comunidade e nos mostraram um tronco enorme de um ipê, cheio de marca de facões. Cada marca, segundo as lideranças nos contaram, significava uma mentira que um branco contou a eles", diz. Por isso, é preciso ter habilidade cirúrgica desde o primeiro contato.

Aos poucos, as lideranças acabam entendendo o papel dos médicos e os aceitam na comunidade. Mas como uma região é feita de várias tribos diferentes, Abdala explica que as lideranças acabam disputando para que a expedição seja feita em sua própria tribo. "Já aconteceu algumas vezes deles nos dizerem que se a expedição não fosse na tribo deles, eles não iriam", explica. "Mas aí começa a rádio cipó", brinca. "E logo a notícia de que eles estão sendo curados acaba circulando e todos querem ser operados também".



Geraldo Alckmin, de oito anos, passa por uma avaliação antes da cirurgia. Há três meses, o garoto está subnutrido e não pôde ser operado. Depois de ganhar 6 quilos, recebeu alta para passar pela cirurgia de hérnia. / Victor Moriyama

Além dos atendimentos e da cirurgia, a ONG realiza um trabalho de capacitação dos agentes de saúde locais. Eles auxiliam os procedimentos realizados pela ONG, com apoio da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e dos Distritos Sanitários de Saúde Indígena (Dsei). O ministério da Defesa disponibiliza aviões da Força Aérea Brasileira para levar a equipe e os equipamentos para as comunidades Brasil afora. "Não temos dinheiro, mas somos riquíssimos em parceiros", diz Abdala.

Desde a fundação, os Expedicionários da Saúde já realizaram 30 expedições, que resultaram em mais de 29.000 atendimentos médicos e mais de 4.800 cirurgias. Deixar de sentir dor ou voltar a enxergar são os objetivos do trabalho voluntário dos médicos. O que não é pouca coisa. "Eles saem da cirurgia enxergando de novo. E choram de emoção", conta Abdala.



Indígenas Terena são atacados por seguranças armados em fazenda retomada
SÍTIO CEDEFES, 29.11.2014

Indígenas Terena são atacados por seguranças armados em fazenda retomada no MS

Um grupo de 200 indígenas Terena que retomou a fazenda Maria do Carmo na madrugada desta sexta-feira (28), em Mato Grosso do Sul, foi atacado por seguranças armados assim que chegou ao local. A fazenda fica no distrito de Taunay, em Aquidauana, a 135 quilômetros da capital Campo Grande e faz parte da Terra Indígena (TI) Taunay/Ipegue, identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2004.

“Quando chegamos fomos recebidos a bala por alguns seguranças e logo depois chegaram três caminhonetes grandes e cheias de gente... Agora os carros estão parados na sede, e as pessoas estão lá dentro, armadas. Um de nossos irmãos foi atingido por um tiro de raspão no braço, mas está bem”, conta o cacique Isaías.

Os indígenas, que vieram das aldeias Ipegue, Bananal, Lagoinha, Morrinho e Água Branca, estão no centro da fazenda, a cerca de 1 km da sede da propriedade, e o risco de novo ataque é iminente. O cacique Isaías diz que a comunidade está “com medo do pessoal vir pra cima, temos nossas mulheres e filhos e não queremos uma tragédia”.

A área onde incide a fazenda Maria do Carmo teve os estudos de identificação conclusos em 2004, e foi reconhecida como de ocupação tradicional indígena e enquadrada na TI Taunay/Ipegue, junto com outras 16 propriedades da região.

O povo Terena aguarda apenas a assinatura, pelo ministro da Justiça, da Portaria Declaratória. “Ele (José Eduardo Cardozo) falou pra gente que não vai assinar, mas a Justiça já reconheceu que aqui é área indígena. Por isso vamos continuar retomando o que é nosso”, explicou o cacique Mauro Paes. Das 17 áreas identificadas, os Terena ocupam apenas duas.

A Polícia Militar chegou ao local no final desta manhã e vai permanecer até a chegada de representantes da Funai, Polícia Federal e Ministério Público Federal.

Fonte: Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação - Cimi



Jovens indígenas realizam mapeamento e diagnóstico etnoambiental das terras Timbira

SÍTIO CEDEFES, 29.11.2014

Jovens indígenas Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekrá realizam mapeamento e diagnóstico etnoambiental das terras Timbira

Está em andamento a 1ª etapa do Mapeamento das Terras Timbira do Sul do Maranhão e Norte de Tocantins. Os trabalhos estão sendo Coordenados e realizados por equipes compostas por Jovens Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekra, com apoio do Centro de Trabalho Indigenista-CTI e da Associação Wyty Câte dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins. Inicialmente as atividades estão sendo realizadas nas Terras Krahô e Apinajé, e a partir de 2015, será realizado nas outras Terras Timbira.

Os trabalhos de campo tiveram início no dia 18/10/14 na terra indígena Krahô no município de Itacajá, Estado do Tocantins. Na 1ª fase dos trabalhos, 16 jovens Timbira e mais 09 guias do povo Krahô participaram das atividades. Na terra Apinajé, os trabalhos começaram no dia 15/11/14, e no total 15 Jovens Timbira percorreram em caminhões, camionetas 4X4 e a pé, as áreas vulneráveis da terra Apinajé, nos municípios de Tocantinópolis, São Bento do Tocantins, Cachoeirinha e Maurilândia. Munidos com GPS, máquinas fotográficas e filmadoras os jovens documentaram em fotografias, vídeos e fizeram anotações e marcações das coordenadas geográficas dos locais percorridos.

Dentro e no entorno das terras Apinajé e Krahô foram detectadas atividades ilícitas e crimes ambientais praticadas por invasores não-índios. No município de Itacajá pequenos trabalhadores rurais que moram no entorno da terra Krahô afirmaram que estão sofrendo pressões e sendo intimidados por plantadores de eucaliptos. Nesse caso empresários estariam ameaçando os pequenos agricultores familiares, vizinhos do povo Krahô, para comprar suas terras, que poderão ser desmatadas de forma ilegal para o plantio de eucaliptos e soja.

Ainda na área Apinajé, na parte Norte do Território, no município de Maurilândia, na região conhecida como Pontal, foram encontrados indícios de exploração ilegal de madeiras por não-índios. Além desses casos de corte ilegal de madeiras que ocorre em toda a terra Apinajé; lembramos que a região do entorno dessa terra indígena já vem sofrendo com desmatamentos provocados por carvoarias e plantações de eucaliptos; a situação é mais crítica nos municípios de São Bento do Tocantins e Tocantinópolis. As Equipes de Mapeamento também descreveram a situação de total abandono em que se encontram os Postos de Vigilância da FUNAI, localizados no Veredão e Pontal.

Já na Terra Apinajé, a situação não é diferente, segundo relatos dos membros da Equipe de Mapeamento, na região do Veredão e em locais próximos ao núcleo urbano da cidade de São

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

Bento do Tocantins foram encontrados lixos e carcaças de animais jogados por moradores daquela cidade. Nessa mesma região foram verificadas estradas adentrando à terra indígena, possivelmente para o roubo de frutas e prática de caça e pesca. Nesses locais existem ainda escavações e sinais de exploração ilegal de terras e areias que podem está sendo retiradas para construções.

Todas as informações e dados coletados pela Equipe de Mapeamento serão organizados e sistematizados visando subsidiar as organizações (parceiras) dos Povos Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekra no aprimoramento dos planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Timbira. Inicialmente será elaborado um Relatório que será apresentado aos caciques no dia 30/11/14, próximo domingo, durante a Assembleia Geral e Eletiva da Associação Wyty Cäte, a ser realizada no Centro de Estudos e Pesquisas Timbira – Pemxwyj Hempxà no município de Carolina no Sul do Maranhão.

Terra Indígena Apinajé, 28 de novembro de 2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Fonte: Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Aquidauana: esposa e ex-deputado federal ficaram reféns de índios por 15 horas
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 29.11.2014

O ex-deputado federal e produtor rural, Pedro Pedrossian Filho, afirma ter ficado refém por cerca de 15 horas por índios que invadiram a Fazenda Retiro Maria do Carmo, no distrito de Taunay, em Aquidauana, a 135 quilômetros de Campo Grande.

Conforme os relatos da esposa de Pedrossian, Ana Pedrossian, por volta das 6h de ontem (28), eles foram até a fazenda, que fica a 30 quilômetros de sua propriedade, quando foram abordados por um grupo indígena na entrada da fazenda.

O produtor e a esposa, segundo ela, não desceram do carro e fugiram para a sede da fazenda, onde estava a dona da propriedade e seu marido. De acordo com o relato, os índios atiraram contra o carro, atingindo a porta lateral. Os indígenas fecharam um cerco envolta da casa e não deixaram eles saírem, ainda conforme a esposa de Pedrossian.

"Eles disseram que era a vida dela ou a propriedade", afirmou Ana. Após horas, diz, resolveu entregar a fazenda "para evitar maiores conflitos". Com isso, a família chamou a Polícia Militar, que os escoltou até a fazenda.

Os indígenas, afirma, deram um prazo de 24 horas para os donos da Fazenda Retiro Maria do Carmo saírem do local. "Nós víamos embora, mas eles continuaram no local para arrumar as coisas", revelou.

Ana ainda ressaltou que desde às 6h a Polícia Federal foi informada da invasão, mas não atendeu a ocorrência. "Um grupo de policiais militares fizeram o trabalho de mediadores", afirmou.

Ocupação - Cerca de 150 indígenas Terena de sete aldeias ocupam área da fazenda Maria do Carmo, no distrito de Taunay. Um dos indígenas que integra o grupo Francisco Thiago, 60 anos, diz que a situação é inversa. Ele afirma que os índios estão apenas com arcos e flechas e homens estranhos surgiram em três caminhonetes atirando.

Para resolver a situação, os índios pedem a presença de autoridades. Eles garantem que a ocupação é pacífica e pedem para conversar com a proprietária da fazenda, que está em Campo Grande. Com medo, Salma disse que não pretende ir até o local e pede a presença da polícia para reprimir a ocupação.

Segundo Francisco, está na fazenda o genro da proprietária, com o qual os índios não tem expectativa de conversar. "Nós não queremos brigar, nem queremos gado, nós só queremos a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

ossa terra e vamos ficar aqui nela. Pedimos que venha a Funai (Fundação Nacional do Índio) e polícia para apaziguar, porque está tenso e pelo que vimos já receberam nós a bala aqui”, disse o indígena, ao contar que o grupo está a dois quilômetros da sede da fazenda.

Campo Grande News

Juiz Federal marca audiência de conciliação sobre Taunay-Ipegue para o dia 2 e manda autoridades garantirem a segurança da comunidade
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.11.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Retomada de Taunay-Ipegue, na madrugada do dia 28 de novembro

Graças ao juiz federal Pedro Pereira dos Santos, os Terena da retomada de parte da Terra Indígena Taunay-Ipegue poderão ficar mais seguros nos próximos dias. Reassumindo o papel de 'moderador' do conflito, o titular da 4ª Vara Federal de Campo Grande marcou uma audiência de conciliação entre as partes para as 14 horas de terça-feira, 2 de dezembro.

A nova decisão foi tomada em relação a Ação Possessória movida por Salma Salomão Saigali contra a União, a Funai e a Comunidade Indígenas de Taunay-Ipegue. Nela, a autora alega que sua posse "mansa e pacífica" da área data de "mais de

um século" e está demonstrada por "estudos antropológicos" e documentos de domínio. Diz que às 4 horas da manhã de ontem, 28, a terra foi invadida por 80 a 100 "silvícolas" armados, que teriam inclusive atirado contra as pessoas da fazenda e atingido um veículo. Baseando-se na legislação vigente, solicita pois reintegração de posse.

O pedido foi enviado à juíza da 2ª Vara, que, considerando o fato de o juiz Pedro Pereira dos Santos já ter sob sua responsabilidade outro processo (o de nº 0003009-41.2010.4003.6000) envolvendo a Terra Indígena Taunay-Ipegue, no qual Salma Salomão Saigali ingressou inclusive como "assistente litisconsorcial" dos autores, encaminhou-o para seu colega.

Ao aceitar a competência pelo novo processo e decidir sobre seu andamento, o titular da 4ª Vara retomou a análise que fundamentou sua decisão em abril de 2014, que de fato vale ser recordada:

"É fato incontroverso a demarcação da área dos Terena da Aldeia Taunay-Ipegue nos idos de 1905, procedida por Rondon.

A controvérsia reside na pretensão da FUNAI em atender a reivindicação da Comunidade, visando a ampliação daquela gleba, sob o fundamento de que os indígenas nunca concordaram

CONT.



com os limites ali definidos. Defende, dentre outros argumentos, que Rondon teve que se contentar em salvar o que encontrou na posse dos índios, pois os fazendeiros apossaram-se do restante outrora por eles ocupados.

Já os autores dizem que suas glebas nada têm a ver com a área indígena, cuja posse resume-se naquele exercida sobre a área da reserva.

Na decisão de fls. 1726-34, proferida em 13 de agosto de 2010, o processo administrativo FUNAI/BSB N 08620-000289/1985-DV foi suspenso, visando a uma inspeção tendo como objetivo a verificação do denominado fato indígena. Buscou a magistrada que deferiu aquela medida verificar se os Terena tinham a posse do imóvel reivindicado à época da CF de 1988.

Em janeiro deste ano também visitei as três fazendas declinadas na inicial, como se vê do termo de fls inserido nos autos, acompanhado das fotos extraídas na ocasião.

Pois bem. Em 2004, quando foi elaborado o relatório de fls. 371-87 que delimitou a área reivindicada pelos Terena, o antropólogo informava que comunidade contava com 3880 índios. Em junho de 2010 (relatório de f. 3928) esse número elevou-se para 4941 índios. De sorte que, se mantida a média de aumento populacional, hoje a Aldeia conta com mais de 5500 pessoas.

A área demarcada por Rondon é de 6461 hectares, aí incluídas as áreas destinadas às residências, plantações, equipamentos públicos (ruas, escolas, posto de saúde, igrejas, etc) e áreas ambientais.

Se dividida toda a área pela quantidade de famílias ali residentes – mais de 950 – chega-se a 6,8 hectares por família ainda assim com todas as reservas antes declinadas.

Salta aos olhos a insuficiência dessas terras Terena, máxime se considerada a qualidade do solo da região, já localizada no Pantanal. Como bem observou o subscritor do laudo de f. 3933 o módulo fiscal do município onde está localizada a área é de 90 hectares. Feitas as contas os índios precisariam de 84.510 hectares, ou seja, mais de treze vezes a área atualmente ocupada.

A carência da comunidade sob o aspecto de falta de terras para o trabalho, com os problemas daí decorrentes – constatada in loco quando da inspeção que realizei – é tão grave que do Relatório dos Trabalhos da Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul, de que tratam as Portarias CNJ nº 53/2013 e 71/2013, enquadrando-a no grau 1 nas prioridades elencadas, culminando por sugerir indenização da terra nua em razão da responsabilidade objetiva por violação da segurança jurídica, em relação aos fazendeiros e o reassentamento dos pequenos proprietários.

Assim, diante da gravidade do quadro, o processo administrativo não deve ficar parado no Ministério da Justiça no aguardo da solução deste processo.

CONT.



Se deveras as glebas dos autores não se enquadram nas condicionantes fixados pelo Supremo Tribunal Federal no caso Raposa Serra do Sol, como alegam os autores, cabe-lhes alinhar suas razões no referido processo demarcatório.

Ressalte-se, no passo, que as referidas condicionantes fixadas não têm efeito vinculante, como depois deixou claro o próprio Supremo. Mas, isso não quer dizer que S.Ex^a. o Ministro da Justiça não observará esses parâmetros. É preciso ver quais serão os fundamentos daquela autoridade, tornando-se necessário o prosseguimento do processo.

Recorde-se que em data recente – 13 de março de 2014 – o Executivo fez publicar decreto presidencial declarando de interesse social, para fins de desapropriação, de imóvel destinado à Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas, no município de Rodelas, Estado da Bahia, o que demonstra o propósito do governo federal em proceder à regularização das terras indígenas de um modo geral.

Com isso quero dizer que a tramitação do processo aqui discutido em nada prejudicará o direito dos autores. Se ao final vier a ser demonstrado que a área não é de ocupação tradicional indígena, certamente que o Executivo adotará outras medidas tendentes a resolver os interesses em conflito.

Assim, revogo aquela decisão, por entender que a suspensão do processo – que já perdura por quase quatro anos – é deveras prejudicial à comunidade indígena e, por outro lado, pouco acrescenta aos proprietários, mesmo porque eles estão na posse mansa e pacífica dos respectivos imóveis.

Oficie-se. Intimem-se”.

Na continuação, o juiz Pedro Pereira dos Santos lastima que, ao longo desses meses, a Funai e a União não tenham resolvido a pendência envolvendo a Terra Indígena, adotando uma das alternativas levantadas na ocasião.

Por outro lado, lamenta que os Terena tenham decidido “solucionar a questão com as próprias mãos”, quando após tê-los visitado “in loco”, proferiu a decisão que deveria ter sido “um alento para o andamento do processo administrativo”.

Para a audiência do dia 2, mandou citar a Funai (a quem responsabilizou pela comunicação aos Terena) e a União. Paralelamente, mandou também oficiar ao Secretário de Segurança e ao Superintendente Regional da Polícia Federal, para que mandem reforços para a área da retomada, “visando a garantia da integridade física das pessoas que lá estão”, e ao Ministro da Justiça, dando-lhe conhecimento dos fatos noticiados no presente processo”.

Vale relembrar que sua decisão de abril foi contestada pelos autores da Ação (Nilton Lippi e outros), que buscaram revertê-la junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Mas o Relator, desembargador federal Paulo Fontes, manteve a decisão agravada e, ao final, lembrou que em 2010, “quando o processo administrativo foi suspenso havia despacho do Presidente da FUNAI decidindo pela sua remessa ao Ministro da Justiça”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

Notícia sobre a participação do juiz Pedro Pereira dos Santos no outro processo e a íntegra da decisão do desembargador federal Paulo Fontes quanto ao Agravo estão em Juiz vai a campo visitar terra indígena, escreve uma bela decisão, e o TRF-3 deixa para Cardozo assinar a Portaria Declaratória da T.I. Taunay Ipegue.

Escola muda cardápio para atender alunos indígenas em Arco-Íris, SP

SÍTIO GLOBO.COM, 29.11.2014

Cozinheira indígena também foi contratada para não ter erro nas receitas. Mudança foi feita após pesquisa da Secretaria de Educação no estado.



[VIDEO](#)

Uma pesquisa da Secretaria de Educação descobriu porque os alunos das escolas indígenas do estado rejeitavam a merenda e mudaram o cardápio para adaptar a comida servida nas escolas aos hábitos alimentares dos pequenos índios. Em Arco-Íris (SP) a mudança já trouxe resultados e até uma cozinheira indígena foi contratada para não ter erro nas receitas.

“É uma delícia a comida agora”, afirma a estudante Ana Júlia Damasceno. Ela frequenta

uma escola estadual que fica dentro da aldeia indígena. Mas, há uns meses atrás, a merenda servida na escola nem sempre foi tão atrativa. Dos dez quilos de alimentos preparados, metade ficava na panela e não era consumida pelos alunos.

Uma pesquisa da Secretaria de Educação descobriu porque os alunos das escolas indígenas do estado rejeitavam a merenda e mudaram o cardápio para adaptar a comida servida nas escolas aos hábitos alimentares dos pequenos índios. Em Arco-Íris (SP) a mudança já trouxe resultados e até uma cozinheira indígena foi contratada para não ter erro nas receitas.

“É uma delícia a comida agora”, afirma a estudante Ana Júlia Damasceno. Ela frequenta uma escola estadual que fica dentro da aldeia indígena. Mas, há uns meses atrás, a merenda servida na escola nem sempre foi tão atrativa. Dos dez quilos de alimentos preparados, metade ficava na panela e não era consumida pelos alunos.

A falta de interesse pelo cardápio denunciou o problema e a Secretaria de Educação resolveu fazer uma pesquisa para identificar os hábitos alimentares dessas crianças e descobriu que pouco do que era servido na merenda agradava o paladar dos indiozinhos. “Foram alimentos que eles mesmos pediram para gente, eles têm hábitos alimentares mais saudáveis que a maioria das crianças”, explica Nair Leôncio Porfírio, supervisora de ensino.

No café da manhã, o leite foi substituído pelo chá e no almoço, assim como o feijão e o arroz é a combinação perfeita para muita gente, para eles é a batata doce ou a mandioca. Até o

CONT.

macarrão saiu do cardápio. A carne vermelha continua sendo preparada, mas com menos frequência, já que o peixe e o frango são as principais opções. E no tempero da salada, muito limão.



Mudanças adaptaram o cardápio aos hábitos alimentares dos índios (Foto: Reprodução / TV TEM)

A cozinheira Fernanda Luzia da Silva é a da tribo Atikun e foi contratada para preparar a merenda adaptada ao gosto das crianças indígenas. "Eles gostam muito da sopa de carne com mandioca, do frango com batata-doce, são os pratos que mais saem", conta.

A Escola Estadual Índia Vanuíre tem 42 alunos desde o ensino infantil até o médio e para alimentar todos eles, agora, o dobro de refeições é preparado, pelo menos 80 pratos, porque as crianças costumam repetir o almoço.

E o doce caseiro de sobremesa também foi substituído por frutas, a pedido deles. "Eles gostam muito dos alimentos que fazem parte da nossa cultura, a mandioca com carne, batata-doce e as frutas que fazem parte do cotidiano deles", explica a professora Cláudia Barboza Jorge.

As mudanças no cardápio da merenda foram feitas nas 35 unidades de ensino da rede estadual que atendem à população indígena, estimada em 1.325 alunos pertencentes a cinco etnias diferentes.



Donos deixam fazenda ocupada por indígenas em Aquidauana, MS

SÍTIO GLOBO.COM, 30.11.2014

*Área foi ocupada por índios terena na sexta no distrito de Taunay.
Grupo se comprometeu a não destruir sede, diz Polícia Militar.*

Proprietários da fazenda Maria do Carmo, ocupada por indígenas desde sexta-feira (28), deixaram a sede da propriedade, no sábado (29), no distrito de Taunay, em Aquidauana, (MS), após reunião com representantes do Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF) e indígenas.

De acordo com o comandante do Batalhão da Polícia Militar (PM), Renato Tolentino, ficou acordado que os proprietários têm o prazo de cinco dias para retirar o gado da fazenda e os índios se comprometeram a não mexer na sede.

Valéria Saigale, filha da proprietária da fazenda Maria do Carmo, confirmou ao G1 que a irmã, que morava na fazenda, saiu do local por recomendação do procurador do MPF e por ameaças, e que deve retirar o gado no prazo de cinco dias. O advogado que representa a produtora informou que entrou com pedido de reintegração de posse na sexta-feira e aguarda decisão da Justiça.

O G1 entrou em contato com a coordenadora regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no estado, Ana Beatriz Lisboa, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Uma reunião entre representantes dos indígenas, policiais e promotores de Justiça está marcada para terça-feira (2) em Campo Grande.

Ocupação

Indígenas da etnia terena ocuparam a fazenda Maria do Carmo na madrugada de sexta-feira. Segundo Tolentino, o grupo é formado por mais de 100 indígenas, entre homens, mulheres, crianças e idosos, e está na entrada da propriedade.

Segundo informações do coordenador técnico da Funai em Aquidauana, João Valdir, moradores de sete aldeias do município participam da ocupação. Ele informou ao G1 que o grupo reivindica o reconhecimento da área como Terra Indígena.

Conforme a família dos proprietários da fazenda, no momento da ocupação, dez pessoas estavam na sede da propriedade e elas teriam ficado isoladas no local, já que os indígenas teriam fechado a ponte de acesso à fazenda.

Conforme a Polícia Militar, cerca de 100 índios permaneceram na área, que tem cerca de dois mil hectares.

Sargento é baleado durante missão em área indígena de RR, diz polícia

SÍTIO GLOBO.COM, 30.11.2014

*Policial foi trazido a Boa Vista e levado ao Hospital Geral de Roraima.
Ele teria sido ferido durante confronto com garimpeiros, segundo a Cipa.*



Sargento Ranildo Bandrão chegou a Boa Vista na manhã deste domingo; ele seguiu para o Hospital Geral de Roraima (Foto: Emily Costa/ G1 RR)

O sargento da Companhia Independente de Policiamento (Cipa) Ranildon Brandão, de 46 anos, foi baleado neste sábado (29) na região de Auaris, noroeste de Roraima. Ele teria sido ferido durante uma atividade da operação Korekorema II, iniciada na última quinta-feira (27), para combater o garimpo ilegal na reserva indígena Yanomami. Na manhã deste domingo (30), ele foi trazido para Boa Vista e encaminhado ao Hospital Geral de Roraima.

A aeronave que trouxe o sargento para a capital do estado pousou às 9h10 deste domingo no

hangar do governo, no aeroporto de Boa Vista. Logo após o pouso, uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) levou Brandão ao hospital.

Segundo o comandante da Cipa, major Miguel Arcanjo, o sargento passa bem e será submetido a procedimento de sutura e limpeza. "Ele não vai precisar de cirurgias, porque o estado de saúde dele não é grave. Acreditamos que ele vai se recuperar e em breve receberá alta", disse Arcanjo.

Conforme Arcanjo, o sargento foi atingido por volta das 14h do sábado, quando abordou garimpeiros que atuam ilegalmente no rio Uraricoera, na região de Auaris. "Segundo informações, houve um confronto entre os policiais e garimpeiros e o sargento levou um tiro na região lombar", disse, acrescentando que não há registro de outros feridos.

Operação

A 'Korekorema II', que no idioma Yanomami quer dizer 'panela velha', é a segunda parte da operação de mesmo nome ocorrida no início deste ano. A ação tem como objetivo retirar garimpeiros que trabalham no rio Uraricoera e destruir balsas feitas por ele para a extração de metais.

Além de homens da Cipa, agentes da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY) da Funai, policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) participam da 'Korekorema II' que seguirá até o dia 17 de dezembro.



Consórcio quer devolver concessão de transmissão

SÍTIO DIÁRIO WEB, 30.11.2014

Duas semanas atrás, houve uma reunião tensa no Ministério de Minas e Energia (MME). Em um encontro com o secretário executivo, Márcio Zimmermann, diretores da Eletronorte e da Alupar, sócias em um projeto de transmissão de energia de R\$ 1,1 bilhão, disseram que analisavam a possibilidade de devolver o contrato bilionário ao governo porque não tinham autorização para iniciar a obra, mais de três anos desde o seu leilão.

Durante a conversa, que foi acompanhada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os empresários fizeram um último apelo ao governo para resolver o imbróglio. Caso contrário, não restaria outra saída, a não ser jogar a toalha e entregar a concessão.

O drama descrito em detalhes à cúpula do setor elétrico tratava do projeto de linha de transmissão previsto para ligar as capitais do Amazonas e de Roraima. A malha de 721 km, entre Manaus e Boa Vista, é a reta final de um sonho antigo do planejamento elétrico: ver o Brasil conectado por uma única rede de energia, o chamado Sistema Interligado Nacional (SIN). Com a linha, Roraima, o único Estado do País que ainda não foi plugado ao sistema, não terá mais de queimar diariamente milhares de litros de óleo diesel em usinas térmicas, nem depender da precária importação de energia da Venezuela para suprir o consumo da população. Acontece que o projeto virou mito.

Levantamento feito pelo Estado nas últimas semanas revela que o projeto que deveria simbolizar uma conquista para o setor elétrico transformou-se em um emaranhado de conflitos indígenas, confusão institucional e desperdício de dinheiro público.

A Transnorte Energia, consórcio formado pela Eletronorte e a Alupar, venceu o leilão da Aneel em setembro de 2011. Em janeiro de 2012, foi assinada a concessão, com a promessa de colocar a linha para funcionar em janeiro de 2015. A dois meses desse prazo acabar, o projeto não tem nem sequer licença prévia ambiental. Isso significa que nem mesmo sua viabilidade foi confirmada. Nada foi feito até hoje, nem há previsão de que a situação mude.

Traçado. O nó de toda a polêmica está no traçado escolhido para a linha. Dos 721 km da malha, 121 km passam dentro da terra indígena waimiri atroari, uma área de 26 mil km quadrados, maior que o Estado de Sergipe. Na terra indígena, espalhados em 31 aldeias, vivem 1.600 índios que não querem nem saber de linhas sobre as suas cabeças.

A troca de acusações é total. Ninguém assume a responsabilidade pela lambança. O consórcio alega que venceu o leilão para construir uma linha que teve o traçado previamente definido pelo governo. A Funai diz que o consórcio apresentou um relatório indígena que inviabiliza o próprio projeto e que outros traçados devem ser estudados. O Ibama declara que o único

CONT.



traçado viável é justamente o que foi a leilão e que outras três opções já estudadas exigiriam a abertura de estradas e canteiros de obra em "uma das regiões mais preservadas do Brasil". O indigenista ligado aos waimiris atoarais, Porfírio Carvalho, diz que os índios não gostam do projeto, mas nega que a culpa seja deles. O MME não diz nada.

"Infelizmente, esses atrasos decorrem de ações dos próprios órgãos do governo, que extrapolam a competência e a capacidade de atuação. É a União contra a União", diz Fabio Lopes Alves, diretor administrativo financeiro da Transnorte.

A tentativa mais recente de viabilizar a obra tem a participação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O traçado atualmente previsto corre paralelamente à BR-174, que liga Manaus à Boa Vista e que, portanto, já passa pela terra indígena há mais de 30 anos. O acordo com o Dnit permitiria aproximar mais as torres da estrada. Em vez da distância de 500 metros, como se prevê, a rede seria instalada dentro da "faixa de domínio" do Dnit, a 40 metros do asfalto.

Compensação. A Funai aguarda ainda uma explicação do consórcio sobre como poderiam ser mitigados ou compensados os 27 impactos negativos e irreversíveis que a obra traria aos índios, conforme aponta o estudo contratado pelo consórcio. "A linha, uma vez pronta, tem impacto zero. Uma torre não se move, não vai até a aldeia, não dá choque", diz Williams Carvalho Pereiro, diretor técnico do consórcio. "Temos feito tudo o que é possível para superar essa situação. O que vemos é que o Estado nem sequer pode garantir a viabilidade de seus empreendimentos."

Em meio a tanta confusão, a Justiça Federal no Amazonas acatou uma ação do Ministério Público Federal que pode enterrar de vez o projeto. No início deste mês, declarou a anulação do leilão. A Transnorte e a Aneel informaram que ainda não foram notificadas, mas que devem recorrer da decisão. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Estadão Conteúdo



Quilombolas lutam para preservar cultura e superar dificuldades na BA
SÍTIO GLOBO.COM, 30.11.2014

*Moradores do Quilombo de Dandá receberam posse da terra há um ano.
Apesar da conquista, ausência de infraestrutura prejudica desenvolvimento.*

A história de resistência do Quilombo de Dandá, situado no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador, não se resume ao período de escravização do negro no Brasil. Apesar dos avanços em relação ao reconhecimento de posse da terra localizada às margens da BA-093, realizado há um ano, os moradores da região enfrentam a ausência de serviços básicos como esgotamento sanitário, água encanada e tratada, sistema de telefonia, área de lazer, educação de qualidade e que valorize a cultura negra, além da infraestrutura precária de casas e do próprio território. O posto de saúde mais próximo fica na cidade de Simões Filho, a aproximadamente 22 quilômetros do quilombo.

Constituída por 208 pessoas, a maioria delas analfabeta, a comunidade remanescente de quilombo luta para preservar tradições e costumes passados de geração em geração. Sandra Santos de Santana, 34 anos, conhecida como "Lôra", conta que faz parte da 4ª geração formada originalmente por um grupo de 12 negros escravizados que fugiram de uma fazenda da região. "Até hoje não sabemos de onde eles vieram. Sempre teve muito mato aqui. 'Dandá' é uma planta muito usada em banhos de limpeza nos cultos Candomblé. A semente do 'Dandá' também era usada para cachaça. São 200 anos de resistência", conta Sandra Santana.

Relatório Técnico

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a Comunidade Negra Rural Quilombola Dandá, ao se definir como remanescente de quilombo, foi certificada junto à Fundação Cultural Palmares em 30 de abril de 2004, para fins de demarcação e titulação do território tradicional.

Em novembro de 2013, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu a posse da Fazenda Coqueiro e dos 180,1 hectares restantes que compõem o território total de 347,6 hectares do quilombo. Segundo o instituto, estas ações têm como base legal o Decreto Presidencial 4887/2003 e a Instrução Normativa INCRA 20/2005. Apesar de todos os avanços, em mais de dez anos, nenhuma terra quilombola da Bahia ainda foi titulada, ou seja, nenhum processo de reconhecimento foi finalizado.

O Quilombo de Dandá foi o segundo território quilombola reconhecido na Bahia. No total, 22 terras já tiveram o RTID publicado. "No estado da Bahia, nós mais de 540 comunidades certificadas pela Fundação Palmares como quilombolas e, dessas 540, mais de 260 têm processo aberto no INCRA para regularização fundiária. Cerca de 60 processos estão em fase

CONT.



de conclusão ou concluídos. Foram 22 relatórios de identificação publicados", relata Itamar Vieira, representante do INCRA.

O RTID faz um resgate histórico da ocupação do território; delimitação do território; identificação e caracterização das diversas unidades de uso e manejo dos recursos naturais; caracterização dos sistemas produtivos; construção do calendário de atividades culturais e definição da cadeia dominial.

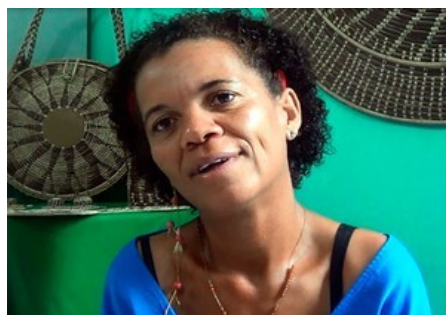
Resistência e afirmação

As 33 famílias que ali residem, sobrevivem do extrativismo e cultivo de subsistência e da produção artesanal com a piaçava, que é comercializada em feiras na região. Além disso, alguns quilombolas trabalham fora da comunidade e prestam diversos tipos de serviço. A renda das famílias também é complementada por programas do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família. A falta de um ensino estruturado e de qualidade, assim como o atendimento de saúde, dificulta o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade e também a preservação e valorização da cultura negra.

"Aqui nós não temos de atendimento de saúde. Várias pessoas já faleceram aqui por causa disso. Nós temos uma preocupação com os professores que chegam aqui na comunidade se eles vão ter capacidade de mostrar a nossa realidade, nosso trabalho, cultura. Queremos professores que conheçam a realidade do quilombo, da nossa estrutura de trabalho. O nosso sonho é ter uma escola quilombola na comunidade", conta.

Mesmo com todos os problemas enfrentados em relação à educação, Sandra mantém o sonho de continuar os estudos. "Eu quero fazer uma faculdade de administração ou agronomia", revela. Apesar dessa deficiência, a consciência dos moradores do Quilombo de Dandá garante a conquista da terra e a manutenção, mesmo com interferências externas e modificações ao longo dos anos, da cultura afro-brasileira representada pela capoeira, o samba de roda e algumas práticas do candomblé.

"A capoeira, o samba de roda, o caruru. Aqui nós damos dois carurus por ano, de Iansã e Santa Bárbara. O de Santa Bárbara nós fazemos no dia 20 de dezembro. A consciência negra também nós comemoramos em novembro, todos os anos. Mesmo com todas as dificuldades, nós cultivamos a nossa cultura", conclui.



Sandra Matos é uma das líderes da comunidade quilombola de Dandá
(Foto: Danutta Rodrigues/G1)



Aty Guasu convida para Grande Assembleia pelos direitos indígenas e respeito à Constituição

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.11.2014



A manifestação e protesto permanente de Aty Guasu Guarani e Kaiowá (grande assembleia) começou no dia 25/11/2014, no tekoha Kurusu Amba, onde foi lançada a Luta e Resistência Permanente do Grande Povo Guarani e Kaiowa pela Efetivação de Direitos. Centenas de lideranças e comunidades estão participando da resistência e manifestação em defesa das vidas, em prol da efetivação de direitos Indígenas e Humanos.

Entre os dias 01 e 08 de dezembro de 2014 será amplificada a manifestação e protesto contra a alteração de artigos 231 e 232 da CF/88, tendo em vista que, na Câmara dos deputados federais em Brasília-DF, recomeçam a colocar na pauta a PEC 215, etc.

As lideranças e Conselho Aty Guasu e comunidades Guarani e Kaiowá de tekoha Kurusu Amba já convocaram 30.000 mil indígenas Guarani, Kaiowa, Terena, Kadweu, Kinikinawa, e agora passam a convidar a todos e todas sociedades nacionais e internacionais, não-indígenas vinculadas aos movimentos sociais, estudantil, organizações civis, todos os defensores de direitos Indígenas e Humanos para apoiar e participar da Aty Guasu que ocorrerá entre os dias 02 e 08 de dezembro de 2014.

Venha participar de nossas manifestações permanentes pela efetivação de direitos nacionais e internacionais. Aguardamos apoio direto e indireto, sobretudo a presença de todos os apoiadores da causa indígena. Ao mesmo tempo convidamos também a imprensa nacional e internacional. Aguardamos também a presença das autoridades federais, e estaduais, como procuradores do MPF, do CNJ, coordenadores e presidente da FUNAI, Coordenador da SESAI, Secretaria do Direitos Humanos, entre outras autoridades do Brasil.



Polícia Federal começa a investigar crimes em Cáceres

SÍTIO MÍDIA NEWS, 30.11.2013

Determinação do MPF é de que todos os crimes praticados desde 1988 sejam apurados

Sinézio Alcântara do Jornal A Gazeta

A Polícia Federal começa a investigar crimes de assassinatos, estupros e torturas cometidos, supostamente, por fazendeiros contra remanescentes de escravos, da comunidade quilombola do Pita Canudos, em Cáceres (225 km a oeste de Cuiabá). A orientação é do Ministério Público Federal (MPF). A determinação é para que sejam investigados todos os crimes ocorridos desde 1988.

Em depoimento à Polícia Federal, representantes do antigo quilombo Pita Canudos informaram que pelo menos cinco pessoas, entre elas uma mulher, foram encontradas mortas, de forma misteriosa, na referida comunidade, e que até hoje nenhum caso foi elucidado.

A suspeita é de que os atos de violência foram praticados na época da "grilagem" da terra, supostamente por fazendeiros, numa forma de intimidar e expulsar os moradores do local. As informações são de que os resistiam eram torturados e até mortos. "Infelizmente não temos como provar. Mas, as notícias da época eram que eles morreram em decorrência da violência que sofreram visando suas expulsões da comunidade", disse em depoimento à Polícia Federal a presidente da Associação Quilombola do Pita Canudos, Joana de Oliveira Campos.

Ela diz que procurou a Polícia Federal por estar sendo ameaçada desde que assumiu a presidência da associação que luta pela retomada da terra. Joana relatou que as ameaças foram feitas por telefone. "Um deles me dizia que se eu não parasse iria pagar caro por isso", disse afirmando que registrou ocorrência policial, onde consta, inclusive, o número do telefone da pessoa que lhe fez a ligação. A PF não confirma.

Porém, as informações são de que os primeiros a serem ouvidos serão as pessoas que atualmente ocupam a comunidade. Eles terão que esclarecer como adquiriram a terra.

De 373 hectares, Pita Canudos está localizada em uma região montanhosa, a 48 km de Cáceres. É grande a esperança dos quilombolas em reaver a terra de onde foram praticamente expulsos nas décadas de 80, 90 até o ano 2000. Presidente da associação informa que o MPF já determinou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fazer a demarcação das terras, para em seguida dar início à titularização.

"As informações que temos é que o MPF já determinou a demarcação da terra. Acredito que o nosso sonho de voltar para nossa terra será realizado. Se tudo certo, cerca de 50 famílias remanescentes de escravos serão beneficiadas".



Fazendeira tem 5 dias para retirar gado e terá audiência com índios na terça
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 1º.12.2014

Em reunião realizada no sábado (29) entre a proprietária da fazenda Retiro Maria do Carmo e lideranças indígenas do grupo que ocupou o local na sexta-feira (28), ficou acordada a retirada do gado em cinco dias.

No encontro, intermediado pelo procurador do MPF (Ministério Público Federal), Emerson Kalif, os índios terena de comprometeram a não causar nenhum prejuízo a propriedade que fica em Aquidauana, no distrito de Taunay, a 135 quilômetros de Campo Grande.

Está marcada para terça-feira (2) uma audiência de conciliação entre as partes. Conforme o coronel da Polícia Militar que esteve na reunião de sábado e acompanha o caso, Renato Tolentino, já não há mais clima de tensão e cerca de cem índios permanecem na entrada da fazenda. A família da proprietária, funcionários e amigos que estavam na casa no dia da ocupação já deixaram o local.

A proprietária Salma Salomão Salgado pretende retirar o gado do local, pois teme prejuízos, mas acredita que cinco dias é um prazo muito curto. "Não dá para retirar da fazenda 4 mil cabeças nesse tempo, mas eu quero tirar os animais de lá, porque aquilo é uma 'palena de pressão'", disse Salma, que participa hoje (1º) de reunião sobre o assunto com representantes da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul).

De acordo com o Coronel Tolentino, a Polícia Militar acompanha as negociações e também a movimentação na entrada da fazenda. Em carta aberta divulgada no domingo (29), os indígenas afirmaram que enquanto o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, não assinar a portaria declaratória da terra, as comunidades continuarão as retomadas.

O processo demarcatório da Terra Indígena Taunay/Ipegue começou há 29 anos, segundo os indígenas, que reclamam a demarcação com base em prazo de cinco anos determinado pela Constituição Federal de 1988. A área onde está localizada a fazenda Retiro Maria do Carmo teve os estudos de identificação conclusos em 2004 e foi reconhecida como terra indígena, junto a outras 16 propriedades da região. A Justiça Federal suspendeu o processo demarcatório atendendo pedido dos fazendeiros, em 2010.

Campo Grande News



Educação de MS abre 80 vagas para formação de professores indígenas

SÍTIO GLOBO.COM, 1º.12.2014

*Vagas são distribuídas em duas turmas.
Não haverá taxa de inscrição para curso.*

A Secretaria de Estado de Educação (SED) está com 80 vagas abertas para curso formação de professores indígenas em Mato Grosso do Sul. As vagas do Curso Normal Médio Formação de Professores Indígenas são distribuídas entre a 3º turma Povos do Pantanal e a 5º turma Guarani/Kaiowá-Ára Verá. O edital foi publicado nesta segunda-feira (1º) no Diário Oficial do Estado. ([Acesse o edital a partir da página 8](#))

As inscrições serão realizadas em cada comunidade local por uma Comissão Local constituída e designada pelo Movimento dos Professores Indígenas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação local. A taxa de inscrição é gratuita.

Para se inscrever na 3º turma, o candidato deve ter concluído o ensino fundamental, morar em comunidade indígena do território etnoeducacional Cone Sul e Povos do Pantanal, ser das etnias Atikum, Guató, Kinikinau, Kadiwéu, Ofaíé e Terena, além de possuir a anuência por escrito da liderança da comunidade.

As vagas são para Anastácio, Aquidauana, Brasilândia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho e Rochedo. Já para se inscrever na 5º turma, o candidato deve ter concluído o ensino fundamental, ser indígena, morar na comunidade indígena do território etnoeducacional Cone Sul, ser da etnia Guarani ou Kaiowá e possuir anuência por escrito da liderança da comunidade.

As vagas são para Amambai, Aral Moreira, Antônio João, Bela Vista, Bataguassu, Carapó, Coronel Sapucaia, Douradina, Dourados, El Dourado, Iguatemi, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Tacuru e Sete Quedas.

O curso será oferecido em regime de alternância em período integral, assim distribuído: Tempo Escolar (TE) e Encontros de Polo que ocorrerão nos meses de janeiro e julho. Mais informações pelos telefones (67) 3318-2218 ou (67) 3365-8397.



Quilombolas de Costa Marques lançam fascículo de mapeamento e cartografia social
SÍTIO ARIQUEMES ON LINE, 1º.12.2014

A Associação Quilombola do Forte Príncipe (AsqForte) lançou na última sexta-feira, 28

A Associação Quilombola do Forte Príncipe (AsqForte) lançou na última sexta-feira, 28, em Costa Marques, o fascículo "Mapeamento Social" que fez a cartografia da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, pertencente ao município. A obra tem como objetivo informar a população local sobre gestão territorial contra desmatamentos e devastação florestal.

A presidente da AsqForte, Florinda Junior dos Santos, mais conhecida como dona Dadá, destacou em sua fala a importância do resgate de memória da comunidade e a divulgação do fascículo. "Estamos passando por muitos problemas, principalmente com o Exército Brasileiro, que quer impor um acordo de convivência de cima para baixo".

Há pelo menos quatro anos o trabalho de mapeamento da área onde está a Comunidade do Forte Príncipe vem sendo georreferenciada por técnicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), Universidade do Estado do Amazonas e os próprios quilombolas.

Entretanto existe uma batalha envolvendo o Exército Brasileiro, que possui um Batalhão no mesmo local. De acordo com a vice-presidente da AsqForte, Maria do Nascimento Rodrigues, os moradores estão à mercê de cada comandante que chega todos os anos.

Apresentação dos alunos de capoeira da Comunidade Quilombola do Forte PríncipeA vice-presidente da Associação falta que alguns comandantes que dialogam com a população local e que pedem para comunidade ajudar. "Tem outros que já chegam impondo e se a gente não fizer do jeito deles, cortam até o fornecimento de água do poço. Isso já aconteceu várias vezes.

O Governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (Seagri), vem buscando intermediar o conflito entre a Comunidade Quilombola do Forte Príncipe e o Exército. Entretanto, segundo Laís Mirian dos Santos, uma das diretoras da AsqForte, desde o ano passado, a Seagri não participa das reuniões.

"O que estamos conseguindo até agora foi junto com o procurador federal Henrique Felber Heck, que está tentando negociar diretamente com o Comando do Exército em Porto Velho e conseguimos falar pessoalmente com a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat", explicou Laís.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

Paralelo ao problema com os militares, eles vêm buscando melhorar a condição da comunidade com apoio governamental. A gerente regional da Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) no Vale do Guaporé, Ana Cristina Bonfim, falou sobre a parceria entre os governos federal, estadual e municipal, que possibilitou levar o programa de qualificação profissional "ProJovem Trabalhador" para a comunidade.

Ao final de sua fala, Laís Mirian agradeceu a presença de todos e enfatizou que continuarão lutando por suas terras. "Nós poderíamos ficar quietinhos aqui, sem fazer barulho, aceitando tudo o que o Exército manda. Mas, nós estamos aqui há muito mais tempo do que eles e nós temos nossos direitos e vamos lutar por eles. Para que nossos filhos, netos e as outras gerações possam viver a nossa cultura e as nossas tradições aqui, vamos lutar sempre".

Fonte

Texto: Luiz Augusto Rocha

Fotos: Luiz Augusto Rocha

Decom - Governo de Rondônia



Em evento sobre a Amazônia em Paris, índios dizem temer segundo governo Dilma
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1º.12.2014



Lúcia Müzell – RFI

A proteção das florestas e das populações indígenas está em destaque em Paris. Até o dia 6 de dezembro, acontece a Quinzena da Amazônia, um momento de conscientização internacional sobre as ameaças que colocam em risco a sobrevivência das tribos, em especial os Ashaninka, que vivem entre o Peru e o Acre.

Três importantes lideranças indígenas, Benky Piyako, Puê Puyanama e Walter Luiz Shipibo, vieram à capital francesa para o evento. Benky e Puê são brasileiros e chamam a atenção para o aumento da violência na fronteira entre o Brasil e o Peru, promovida por madeireiros e narcotraficantes, que invadem as áreas indígenas. Em setembro, quatro índios foram mortos, entre eles um destacado líder.

“Em setembro, teve esse episódio que, para a gente, foi muito bárbaro. Nunca tinham assassinado ashaninkas, embora a gente saiba que, no Brasil, índios morrem todos os dias por conta dessa situação. De 2001 até 2010, eu sofri risco de morte todos os dias. Eu não sabia se iria sobreviver”, conta Benky. “É até difícil relatar a dimensão da situação. De 2001 para cá, temos enfrentado uma luta muito forte contra as madeiras e o narcotráfico na fronteira, assim como temos enfrentado as políticas dentro do nosso próprio país, tanto no Brasil quanto no Peru. Queremos que o governo assuma as suas responsabilidades.”

Puê Puyanama espera sensibilizar os franceses sobre a falta de segurança dos índios no Brasil.

“Estamos aqui na França buscando aliados no mundo para, juntos, cuidarmos da nossa terra e da nossa vida. As recentes mortes são um alerta para mundo, para que se cuide mais das

CONT.



nossas fronteiras, com mais segurança. A responsabilidade não é só nossa, mas sim do Estado brasileiro”, destaca o índio, de 36 anos. “Esse tipo de coisa ocorreu logo no começo da nossa história e não queremos que volte a acontecer.”

Hidrelétricas

Benky também quer aproveitar a visita à França para divulgar o risco de degradação ambiental devido a obras, como a instalação de hidrelétricas. Ele acredita que os governos europeus não têm informações suficientes sobre a situação dos povos indígenas.

“Vemos a nossa presidente impondo certos empreendimentos onde há reservas extrativistas parques nacionais, terras indígenas, sem a consciência de que aquilo pode trazer grandes problemas não só para os índios, mas como para todo o país, ao destruir tudo o que a gente tem”, lamenta. “Essa nossa viagem é para fazer esse despertar: fazer o governo daqui sentir o que estamos sentindo lá.”

Decepção com o governo

O líder Ashaninka acha que os índios estão “pagando o preço do desenvolvimento do país”. Ele diz ter ficado decepcionado com o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, e teme quatro anos mais nocivos para os povos indígenas.

“O governo foi muito cruel e vai ser mais ainda. Kátia Abreu [provável ministra da Agricultura no próximo governo] está aí, para fazer o papel dela. Se ela realmente for ministra, haverá um choque, porque teremos uma pessoa que é realmente contra a sobrevivência dos povos tradicionais, que vivem da floresta, dos rios, da pesca e da caça”, protestou o líder.

A Quinzena da Amazônia terá shows, exposições, conferências e a venda de produtos indígenas. O evento ocorre em diversos lugares de Paris.



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

Comunidade indígena Tabá Lascada, em RR, realiza V Festival do Beiju

SÍTIO GLOBO.COM, 1º.12.2014

*Festival vai contar com a participação do cantor Jorge Farias e bandas.
Abertura do evento acontece nesta sexta-feira (5) a partir das 8h.*

A comunidade indígena Tabá Lascada, localizada no município de Cantá, realiza a partir desta sexta-feira (5) o V Festival do Beiju. A festa vai contar com a presença de comunidades adjacentes à região e diversas apresentações culturais. O evento segue durante o sábado (6) e é aberto ao público.

Durante a programação haverá também torneios esportivos com premiação de até R\$ 1 mil para os vencedores nas modalidades masculino e feminino, além de mostras culturais com a exposição de artesanatos produzidos pela própria comunidade. O evento contará ainda com a participação do cantor Jorge Farias e bandas de forró.

Beiju

O beiju é um prato típico da gastronomia indígena feito a base de mandioca e macaxeira, podendo ser consumido com caldos, damurida até mesmo puro.

Confira a programação:

Sexta- feira (5)

08h - Abertura do V Festival do Beiju 2014

12h - Almoço

15h - Início do torneio de futebol mirim

18h - Escolha da rainha do v festival do beiju

19h - Atração cultural com o cantor Jorge Farias e festa dançante com as bandas Kanaimés do forro e Beijo Cristalino

Sábado (6)

09h - Torneio de futebol

17h30 - Término do torneio

19h - Entrega das premiações

21h - Festa dançante com as bandas Farra di lei, Forro do Pivetão e Forrozão da Elite



Líder indígena é preso com arma em aeroporto de Montes Claros

SÍTIO O TEMPO, 1º.12.2014

Suspeito alegou que estava sendo perseguido e ameaçado; homem afirmou ser de São João das Missões, no Norte de Minas

Fernanda Viegas

Um líder indígena de 40 anos foi preso, nesse domingo (30), ao tentar embarcar em um avião com uma arma na bagagem. Contudo, o revólver foi identificado pelo raio X do aeroporto, em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais.

De acordo com a Polícia Militar (PM), os supervisores do aeroporto na avenida Comandante João Milton Prates, no bairro Jaraguá, abordaram D.N.O. depois que o aparelho de razió-x do local identificou uma arma em uma bolsa.

O revólver calibre 38, carregado com cinco balas, foi encontrado na bagagem do índio, que ainda levava mas quatro cartuchos em uma pochete.

O suspeito confirmou que estava carregando o material proibido, porque estava sendo perseguido e ameaçado. Ele informou ser líder indígena em São João das Missões, no Norte de Minas, e apresentou identidade da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ele foi preso e encaminhado a Delegacia da Polícia Federal.



Políticas públicas podem preservar 230 idiomas no Brasil

SÍTIO TERRA BRASIL, 1º.12.2014

A herança cultural de um povo é preservada por sua língua. No Brasil, o idioma oficial é a Língua Portuguesa, mas existem, além dela, mais 230 línguas faladas no País. Desse total, 200 são de tribos indígenas e 30 de descendentes de imigrantes. Parece muito? Estima-se que, quando os portugueses atracaram por aqui, esse número chegava perto de 1 mil.

A falta de políticas públicas para preservar os idiomas e a característica cultural das suas comunidades está entre os principais motivos que levam à extinção de uma língua. A afirmação é da professora Ana Elvira Gebara, do curso de Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, em São Paulo (SP). “As línguas estão muito ligadas à situação social e histórica em que as comunidades vivem. O que acontece com as línguas indígenas, por exemplo, é que, se você não tem uma política para essas comunidades, a língua morrer é um reflexo de como elas estão sendo tratadas dentro do País”, afirma.

Atualmente, alguns idiomas são dominados por comunidades pequenas, que envolvem poucos integrantes. É possível, portanto, que muitos sejam extintos no futuro. Segundo a professora, contudo, não se pode prever quantas línguas deixarão de existir, pois essa tendência depende do movimento da sociedade e do que seguirá importante, ou não, para ela. A língua, conforme Ana, é a possibilidade de interação que o ser humano tem. Se não há essa interação, se perde uma forma de olhar e entender o mundo.

Interação e otimismo

Apesar das estatísticas, há iniciativas em curso em prol da manutenção dos idiomas nas comunidades brasileiras. Um exemplo é um projeto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Recentemente, o órgão reconheceu três idiomas falados no Brasil como Referências Culturais Brasileiras. As línguas Talian, Asurini do Trocará e Guarani Mbya foram as primeiras a serem reconhecidas e passaram a fazer parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Os representantes de suas comunidades foram homenageados durante o Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística, em Foz do Iguaçu/PR, entre 17 e 20 de novembro.

O Talian é falado por uma parte dos imigrantes italianos nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O idioma começou a ser adotado quando os italianos chegaram ao País, no fim do século 19. Existem cidades em que ele é a língua co-oficial, como em Serafina Corrêa/RS, e tem tanta relevância quanto a Língua Portuguesa.

O Asurini do Trocará ou do Tocantins é a língua dos indígenas que vivem às margens do Rio Tocantins, na cidade de Tucuruí (PA). A língua faz parte da família linguística Tupi-Guarani. Já o Guarani Mbya é uma variedade moderna da Língua Guarani, junto com o Nhandeva ou Ava

CONT.



Guarani e o Kaiowa. A região dos povos que falam Guaranu Mbya compreende a faixa litorânea que vai do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul e ainda a fronteira entre Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. Distribuídos por várias comunidades, os Guarani representam uma das maiores populações indígenas do País.

Mobilização das comunidades

O reconhecimento dessas três línguas como Referências Culturais Brasileiras foi um pedido das próprias comunidades ao Iphan e representam o começo do que pode ser um resgate cultural no País. "O Brasil não é um País de uma só língua - estão envolvidos muitos aspectos culturais que significam elementos de transmissão e não podem ser perdidos", explica Giovana Ribeiro Pereira, representante do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan.

Com o intuito de ser reconhecida e integrar o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, uma língua precisa ser falada em território nacional há, no mínimo, três gerações. O objetivo do Inventário é associar a expressão linguística a sua comunidade de referência e valorizar a expressão como aspecto relevante do patrimônio cultural brasileiro. Para fazer o pedido, os representantes das comunidades devem encaminhar a solicitação ao Iphan. Esse pedido é analisado por uma comissão técnica formada por representantes dos ministérios da Cultura, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Justiça e Planejamento.

Assim como o português, outros idiomas falados no Brasil estão em constante evolução. Mas manter a autonomia e as raízes também depende dos próprios representantes das comunidades. "Existe uma escola em Caraguatatuba que tem alunos índios. Quando é preciso mandar bilhete para os pais, eles são enviados para o chefe da tribo. Computador eles conhecem, mas chamam de 'caixa do pensamento', ou seja, estão integrados à influência externa, evoluem, mas mantêm sua essência", conclui Ana.

Semana de União Nacional na Luta pelos direitos de Povos Indígenas e Quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1º.12.2014



Semana de União Nacional na Luta pelos direitos de
Povos Indígenas e Quilombolas

Semana de luta!

Postei essa foto de Oriximiná, mais uma região onde Povos Indígenas e Quilombolas estão lutando juntos por seus direitos, porque penso que registra o que temos que considerar fundamental: a união na luta. Deles e das pessoas, movimentos e comunidades que os apoiam.

Vale lembrarmos que esta será uma semana complicada: dia 2, no Congresso, votação de Projeto de Lei do Romero Jucá sobre o parágrafo 6 do artigo 231 da Constituição, sobre a demarcação, estuprando os direitos indígenas. Dia 3, dividindo as atenções, a ADI 3239 e a PEC 215. Como se não bastasse, exatamente na mesma tarde e começando também às 14 horas, audiência de conciliação na Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, com os Terena de Taunay-Ipegue.

Fundamental estarmos mais que atent@as e, na medida do possível, apoiando essas lutas, que no fundo são uma só: a luta pelo respeito aos direitos previstos na Constituição, na Convenção 169 da OIT, no Decreto 4887. Sawe!

Tania Pacheco



Governo estuda incluir indígenas no Minha Casa, Minha Vida

SÍTIO VALOR ECONÔMICO, 1º.12.2014

O governo criou um grupo de trabalho interministerial para estudar e propor medidas para criar um mecanismo de incentivo à construção ou reforma de habitações para as populações indígenas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Esse grupo de trabalho, que será coordenado pelo Ministério da Justiça, também contará com representantes da Fundação Nacional do Índio, do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. O prazo para conclusão dos estudos é de 60 dias, prorrogáveis por igual período.

O programa Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009 para facilitar o acesso da população de menor renda à moradia. Na primeira etapa, realizada ainda durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram contratadas um milhão de moradias. Na segunda etapa, que termina no fim deste ano, a meta prevista para ser atendida é de 2,75 milhões de moradia.

Para 2015, o governo está estudando as regras que serão implementadas e deve ser confirmada a meta de contratação de três milhões de moradias para os próximos quatro anos, como prometido durante a campanha eleitoral pela presidente Dilma Rousseff



Boletim de Notícias - Edição nº 215/ 2014

Brasília, 1º de dezembro de 2014.

Moção de Repúdio à violência da ação do Estado contra o Povo Pataxó de Boca da Mata

SÍTIO CEDEFES, 1º.12.2014

Moção de Repúdio à violência da ação do Estado contra o Povo Pataxó de Boca da Mata, sul da Bahia



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO FORMAÇÃO INTERCULTURAL
DE EDUCADORES INDÍGENAS
Av. Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha
Fone: 3409-6371 – E-mail: colfei@gmail.com

Nós, professores, funcionários e alunos do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da UFMG (FIEI/UFMG), manifestamos nosso repúdio e indignação à violência da ação do Estado contra o povo Pataxó da aldeia Boca da Mata, no sul da Bahia.

No último dia 26.11.14, às 5 h da manhã, o povo Pataxó foi surpreendido com a ação violenta da polícia federal, polícia militar e civil do estado da Bahia que se utilizaram de bombas e balas de borracha para fazer cumprir mandado de reintegração de posse em benefício de fazendeiros invasores da terra tradicional do povo Pataxó. O fato narrado foi vivenciado por nossos alunos e professores que estavam na aldeia em atividades acadêmicas da etapa intermediária do curso FIEI, no referido período.

Este grave conflito infringe a Constituição Federal de 1988 que garante o direito indígena à posse de suas terras imemorais uma vez que, conforme apontam relatos históricos, a área do entorno do Monte Pascoal é tradicionalmente terra dos Pataxó, desde muito antes de 1500.

Alertamos também para o fato de que alguns procedimentos legais referentes ao cumprimento de qualquer mandado de reintegração de posse não foram cumpridos, dentre eles, por exemplo, a presença da FUNAI, que poderia ter evitado a violência ocorrida, e o estabelecimento do diálogo prévio com o povo Pataxó.

Solicitamos a imediata desintração da terra indígena e a devolução da mesma ao Povo Pataxó a fim de que a paz e a segurança possam ser restabelecidas na região bem como reiteramos nosso apoio ao Povo Pataxó.

Professores, alunos e funcionários do curso de formação intercultural de educadores indígenas da UFMG (FIEI/UFMG)

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2014.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br>



Senado pode alterar lei de demarcações na próxima quarta-feira

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 1º.12.2014

A comissão mista do Congresso encarregada de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição reúne-se na quarta-feira (3), às 14h. Na pauta, a apresentação do relatório, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que modifica a Constituição Federal para permitir a indenização de produtores rurais que tenham as terras demarcadas pela Funai. Hoje a indenização é ilegal.

O texto de Jucá regulamenta o do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal (CF), que trata da definição de terras indígenas e cria óbices à indenização de áreas privadas demarcadas como indígenas. Por esse artigo a CF reconhece o direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupavam à data de sua promulgação, entretanto, o texto classifica como sendo da União as terras indígenas e nulos os títulos existentes sobre eles.

Da forma como está, a Constituição Federal resulta na expropriação de imóveis rurais e expulsão dos agricultores sem direito a nada, o que tem gerado conflitos entre indígenas e produtores rurais.

Caso seja aprovado, o projeto apresentado por Romero Jucá possibilitará ao poder público indenizar, segundo a disciplina legal das desapropriações, não apenas as benfeitorias, mas também as áreas correspondentes às expansões de terras indígenas. O texto de Jucá está de acordo com a recomendação do STF em duas decisões recentes sobre o tema das demarcações. Entenda [aqui](#).

No final do ano passado o Governo estabeleceu várias mesas de negociação com o objetivo de evitar o conflito em várias regiões do país. Todas elas emperraram diante impossibilidade de indenizar os agricultores. Veja [aqui](#).

A indenização é consensual mesmo entre os indigenistas radicais.

Veja [aqui](#) a posição de Marcio Santilli, do ISA, sobre a indenização.

Veja [aqui](#) a posição de Katia Abreu, da CNA, sobre a indenização.

Veja [aqui](#) a posição de Anastácio Peralta, cacique guarani, sobre a indenização.

Veja [aqui](#) a posição de Eugênio Aragão, sub-procurador geral da república, sobre a indenização.

Veja [aqui](#) a posição da Folha de São Paulo sobre a indenização.